



PODER JUDICIÁRIO
PROCEDIMENTO SELETIVO DE CONCILIADOR

PROVA ESCRITA

JUÍZO ÚNICO DA COMARCA DE BOCAIÚVA DO SUL

ORIENTAÇÕES

1. Confira a identificação da prova e assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para iniciar a resolução da prova.
3. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a impressão da prova.
4. A prova é composta de 21 questões, sendo 20 objetivas e 01 dissertativa.
5. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, das quais somente uma deve ser assinalada.
6. As questões objetivas podem ter sofrido alteração de ordem das assertivas em relação à fonte original da banca em que foram selecionadas.
7. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. A duração da prova é de 3 horas
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova.

Candidato: _____

Assinatura:

Inscrição nº: _____

QUESTÕES OBJETIVAS

QUESTÃO 01

Os Juizados Especiais Criminais possuem regras específicas de citação e de intimação. Diante do exposto, é INCORRETO afirmar:

- A) A intimação por Oficial de Justiça tem caráter subsidiário. Primeiramente, deve-se tentar a intimação por correspondência.
- B) A citação será feita, sempre que possível, no próprio Juizado. Somente quando não for possível proceder desta forma, efetuar-se-á a citação por mandado.
- C) As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento pela imprensa.
- D) A citação poderá ser feita por edital quando o acusado não for encontrado.**

QUESTÃO 02

Sobre o instituto da transação penal previsto no art. 76 da Lei 9.099/95, considere (F) para as assertivas falsas ou (V) para as verdadeiras. Em seguida, marque a opção CORRETA:

() Caberá ao juiz propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas a ser especificada na proposta.

(..) Não será admitida a transação penal caso tenha sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

() Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o juiz poderá reduzi-la até a metade.

(..) Caso a proposta seja aceita pelo autor da infração, a pena restritiva de direitos ou multa será aplicada, importando em reincidência e impedindo que o mesmo benefício seja utilizado novamente no prazo de 5 (cinco) anos.

A) V, V, F, F

B) F, V, V, F

C) V, F, F, F

D) F, F, V, V

QUESTÃO 03

Acerca do rito sumaríssimo, são regras procedimentais expressamente previstas na Lei nº 9.099/95:

A) desnecessidade de relatório na sentença; impossibilidade de expedição de cartas precatórias e rogatórias.

B) possibilidade de oferecimento de denúncia oral; necessidade de apresentação concomitante de interposição e razões em caso de apelação.

C) intimação das testemunhas por carta com aviso de recebimento pessoal; desnecessidade de intimação das partes para o julgamento da apelação.

D) possibilidade de oferecimento de queixa oral; impossibilidade de nomeação de assistente técnico.

E) impossibilidade de condução coercitiva de testemunhas; impossibilidade de oposição de embargos de declaração.

QUESTÃO 04

No que se refere ao crime de “afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída” (artigo 305 do Código de Trânsito Brasileiro), assinale a afirmação correta.

A) Somente se procede mediante queixa.

B) É vedado o oferecimento da suspensão condicional do processo.

C) É crime de ação penal pública incondicionada.

D) Não é facultada a punição exclusivamente com pena de multa.

E) Não deverá ser processado perante o juizado especial criminal.

QUESTÃO 05

Em relação à vulnerabilidade do consumidor,

A) é fator que obriga o juiz a determinar a inversão do ônus da prova no processo que tenha por objeto as relações de consumo.

B) é princípio assegurado expressamente pelo artigo 5º da Constituição Federal.

C) no processo civil, o juiz, ao reconhecê-la, deverá inverter o ônus da prova.

D) é diretriz estabelecida pelo CDC, no capítulo que trata do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor, devendo ser observada pelos órgãos que o compõem.

E) é princípio da política nacional das relações de consumo.

QUESTÃO 06

Uma cidadã, por dificuldades financeiras momentâneas, deixou de pagar em dia as suas dívidas, vindo, por força de sua mora e do seu inadimplemento, a ser inscrita em cadastro de devedores. Com o passar do tempo, a sua situação foi melhorando e, após muito sacrifício pessoal, conseguiu quitar as suas dívidas. Em determinado momento, no entanto, foi surpreendida com negativa de crédito, em estabelecimento comercial, por estar o seu nome inscrito no cadastro de devedores inadimplentes.

A melhor interpretação do Código de Defesa do Consumidor indica que

A) caberia à devedora buscar o cancelamento dos registros nos cadastros de inadimplentes.

B) é ônus do credor, após a constatação do pagamento efetivo da dívida, retirar o nome do devedor do cadastro de inadimplentes.

C) deve ocorrer a retirada do registro de inadimplente somente cinco anos após o ingresso, mesmo no caso de pagamento.

D) ocorrerá a manutenção do registro no cadastro de inadimplentes como forma de proteção ao comércio.

E) será retirada a inscrição do registro no cadastro de inadimplentes somente se houver medida judicial.

QUESTÃO 07

Jorge ajuizou ação no juizado especial cível, com o objetivo de receber indenização no valor de vinte mil reais por dano causado por pessoa jurídica.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A) Havendo necessidade de expedição de carta precatória, Jorge deverá custear despesa de cumprimento.

B) A competência para julgar o processo será deslocada em caso de necessidade de desconsideração da personalidade jurídica da empresa ré.

C) A extinção do processo por ausência de Jorge em audiência dependerá de sua prévia intimação pessoal.

D) A ausência de contestação, ainda que a empresa ré esteja presente na audiência de conciliação, acarretará à revelia.

QUESTÃO 08

A respeito da prova no juizado especial cível, assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 9.099/1995.

A) É ônus da parte levar a testemunha à audiência, por não se aplicar a condução coercitiva.

B) Será válida prova testemunhal produzida por declaração escrita.

C) A prova pericial poderá ser realizada oralmente, mas o perito deverá entregar o laudo escrito logo após.

D) Salvo a inspeção judicial, as provas terão de ser produzidas na audiência de instrução e julgamento.

QUESTÃO 09

No que diz respeito aos atos processuais praticados perante o Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta.

I) Não serão declarados nulos sem que tenha havido prejuízo, sendo válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.

II) Todos serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.

III) Serão públicos, exceto os relativos exclusivamente ao estado da pessoa, que correrão em segredo de justiça. Contudo, não poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispõem as normas de organização judiciária para os juzados.

IV) Não poderá ser solicitada a prática de atos processuais em outra Comarca, exceto se se tratar de perícia técnica.

V) Nenhum ato processual essencial será praticado sem a presença de advogado.

A) Somente I e II estão corretos.

B) Somente I e V estão incorretos.

C) Somente I e IV estão corretos.

D) Somente II, IV e V estão incorretos.

E) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 10

“De acordo com a Lei nº 9.099/1995, registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de _____ dias. ” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A) 5.

B) 15.

C) 10.

D) 20.

E) 25

QUESTÃO 11

Benjamin ajuizou demanda no juizado especial cível contra seu vizinho, Teodoro, pretendendo obrigá-lo a dividir os custos do muro que construiu para separar as propriedades. Nenhuma das partes foi assistida por advogado na elaboração da inicial e da defesa, nem durante as audiências. O pedido foi julgado procedente. Teodoro, inconformado, protocolou recurso inominado no décimo quinto dia depois de sua regular intimação sobre a sentença. Com base na situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

A) Não há que se falar em pagamento de preparo recursal, pois no juizado especial não há pagamento de custas.

B) Para proceder à interposição do recurso, foi necessário que Teodoro constituísse advogado.

C) O recurso deve ser recebido no duplo efeito legal.

D) O valor da causa pode ser de até quarenta salários mínimos, no caso.

E) O recurso é tempestivo, mas será considerado deserto se o preparo não tiver sido pago.

QUESTÃO 12

Nos termos do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (anexo III da Resolução n.º 125 do CNJ), as regras da “autonomia da vontade” e da

“ausência de obrigação de resultado” buscaram, respectivamente,

A) garantir o respeito às opiniões e à liberdade dos envolvidos, bem como desobrigar o conciliador/mediador de buscar, a todo custo, o acordo.

B) garantir a autonomia do conciliador/mediador, e a necessidade de que atue de forma neutra e imparcial.

C) garantir a independência do conciliador/mediador, e a liberdade dos envolvidos para que tomem a decisão que acharem conveniente.

D) oferecer condições aos envolvidos para que ajam da forma mais livre possível, e oportunizar o desafogamento do Poder Judiciário.

E) permitir que as partes atuem o mais livremente possível e garantir a isonomia entre os envolvidos.

QUESTÃO 13

A audiência de instrução e julgamento poderá ser adiada:

A) por convenção das partes.

B) por vontade do Juiz Togado, sem motivação.

C) por ausência da parte autora, sem motivação.

D) por ausência da parte ré, sem motivação.

QUESTÃO 14

Acerca dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

A) Não sendo possível a realização imediata da audiência de instrução e julgamento, será a audiência designada para um dos dez dias subsequentes, cientes, desde logo, as partes e testemunhas eventualmente presentes.

B) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

C) As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

D) A audiência de instrução e julgamento somente poderá ser dirigida pelo Juiz togado.

QUESTÃO 15

É correto afirmar:

A) Sempre se mostra possível a citação editalícia no juizado especial cível.

B) Somente se mostra possível a citação editalícia no juizado especial cível quando tenha restado infrutífera a tentativa de citação via mandado.

C) Para que o juiz defira a citação editalícia do requerido perante o juizado especial cível necessário que antes de tal deferimento tenham sido esgotadas todas as tentativas de delimitação do paradeiro do requerido inclusive com consultas aos sistemas Bacenjud, Siel e Infojud e tenham se mostrado as mesmas negativas.

D) Não é admitida a citação editalícia em processos de conhecimento perante o Juizado Especial Cível, devido ao rito próprio, isso segundo a doutrina majoritária.

QUESTÃO 16

É correto afirmar.

A) A instrução no juizado especial cível será dirigida por conciliador, sob a supervisão do juiz leigo.

B) A instrução no juizado especial cível será dirigida por conciliador, sob a supervisão do juiz togado.

C) A instrução no juizado especial cível será dirigida pelo juiz leigo, sob a supervisão do juiz togado, cabendo ao conciliador a realização da audiência de conciliação.

D) Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

QUESTÃO 17

É correto afirmar, quanto a realização de Audiência de Conciliação, conduzida pelo conciliador, que

a) Na audiência de conciliação serão ouvidas as partes e as testemunhas e em seguida proferida sentença.

b) Quando proferido em audiência de instrução e julgamento o projeto de sentença proferido pelo juiz leigo não precisa ser homologado pelo juiz togado.

c) É obrigatória a prolação de sentença em audiência de instrução, sob pena de nulidade.

d) Contribui para a celeridade, mas não é obrigatória a prolação de sentença em audiência de instrução e julgamento.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa correta acerca dos meios de prova e suas particularidades.

a) A prova exclusivamente testemunhal é admitida para negócios jurídicos de qualquer valor, desde que haja mais de uma testemunha.

b) No ordenamento civil brasileiro, a presunção não é admitida como meio de prova.

c) Em regra, os parentes da linha colateral são admitidos como testemunhas, salvo se tiverem interesse no litígio.

d) Admite-se o depoimento de menor, com idade entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos, como prova testemunhal.

QUESTÃO 19

Quanto ao tipo de boa-fé a que se referem, analise as afirmações abaixo.

I. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

II. Se um dos cônjuges estava de boa-fé ao celebrar o casamento, os seus efeitos civis só a ele e aos filhos aproveitarão.

III. A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

IV. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e da boa-fé.

V. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

a) I e V tratam da boa-fé subjetiva e as afirmações II, III e IV tratam da boa-fé objetiva.

b) IV e V tratam da boa-fé objetiva e as afirmações I, II e III tratam da boa-fé subjetiva.

c) I, IV e V tratam da boa-fé objetiva e as afirmações II e III tratam da boa-fé subjetiva.

d) II, IV e V tratam da boa-fé subjetiva e as afirmações I e III tratam da boa-fé objetiva.

QUESTÃO 20

Sobre os juizados especiais criminais é correto afirmar que:

a) De acordo com a Lei n. 9.099/95 a competência do juizado será determinada pelo lugar do domicílio da vítima.

b) São consideradas infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos.

c) Havendo concurso de crimes, o que determina a competência para julgamento perante o juizado especial é a pena máxima em abstrato de cada delito.

d) São consideradas infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e crimes a que a lei comine pena máxima não superior a três anos.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

QUESTÃO 13. João adquiriu um veículo, tendo efetuado o financiamento do mesmo junto ao Banco AAA S/A. Meses depois é surpreendido com inscrição nos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA, etc.) por débito correspondente ao referido contrato. No entanto, alega que vem efetuando o pagamento de suas parcelas pontualmente. Não obtendo retorno da instituição financeira decide ingressar com uma demanda judicial, exigindo a declaração de inexistência do débito, a repetição de indébito, por ter sido cobrado indevidamente, e danos morais, diante da inscrição de seu nome nos cadastros restritivos. Distribuída a demanda junto ao Juizado Especial Cível, resta designada audiência de conciliação.

Em atenção à Lei nº 9.099/95 e aos Enunciados do Fonaje, responda as questões abaixo e fundamente.

a) Ambas as partes comparecendo à audiência qual a medida de conciliação a ser aplicada inicialmente? (1,0)

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

b) Caso haja acordo, há necessidade de formalidade e homologação, cabe ao conciliador fazê-lo? (1,0)

c) Se a parte demandada não comparecer à audiência, tendo sido devidamente citada/intimada e não tendo apresentado justificativa para sua falta tempestivamente, qual o efeito processual de sua ausência? Estando presente seu advogado e tendo o requerido já tendo apresentado resposta nos autos, o efeito de seu não comparecimento é o mesmo? (1,0)

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

d) Estando as partes presentes, porém restando infrutífera a composição, pode o requerido oferecer contestação na própria audiência? Qual o termo final para que o requerido ofereça resposta? (1,0)
